

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – ORDEM DO DIA

- a) Aprovação da Proposta Final da 1.^a Revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres;

2 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

Passou-se ao ponto único da Ordem do Dia: "Aprovação da Proposta Final da 1.^a Revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres", tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que este processo teve início em 2005 e, quando este executivo tomou posse, apenas faltavam alguns dados como a cartografia, que teria ficado a cargo da Associação Municípios Cova da Beira e o projeto referente ao ruído. Relativamente à cartografia, verificou-se que a Associação de Municípios Cova da Beira não conseguiu atualizá-la a tempo e, nessa medida, resolveram usar a cartografia anterior.

Acrescentou que a legislação vai ser alterada e, caso não conseguissem trazer a revisão do PDM à Assembleia para ser aprovada até ao dia 29 de

junho, teriam de iniciar um novo processo que implicaria custos para o Município.

O processo esteve em consulta pública durante 30 dias, tendo sido depois entregue à CCDRC para emitir parecer.

Referiu ainda que o Sr. Engenheiro Paulo Santos estaria disponível para qualquer esclarecimento, uma vez que acompanhou o processo desde o início.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra usou da palavra para referir que não entende o processo, em termos técnicos não sabe do que estão a falar e, nessa medida, esperava que na sessão extraordinária fosse feita uma apresentação do PDM, para poder decidir em consciência.

O Membro da Assembleia Artur Oliveira referiu que acompanhou o processo no site da Câmara Municipal, é um documento extenso, muito técnico e persistem algumas desatualizações em alguns parâmetros como a atividade agrícola, silvicultura e recursos cinegéticos que poderão ser sanadas, mas tal não obsta a que o documento seja aprovado, até porque o parecer da CCDRC nos conduz nesse sentido.

Acrescentou que é um documento que nunca está acabado, na medida em que vai ser revisto mas, em breve, estará de novo em condições para ser atualizado.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que seria importante esclarecer duas questões: no futuro, como se processam as alterações ao PDM se são da competência da Assembleia ou se carecem de parecer da CCDRC e o que se vai propor em termos de mudança relativamente a este processo.

O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Engenheiro Paulo Santos que relativamente a este assunto referiu que foi um trabalho longo, durante o qual foi feito um grande esforço para fazer a atualização de dados; ainda não tinham introduzido os CENSUS 2011 e os dados anteriormente referidos pelo deputado Artur Oliveira não coincidiam com os existentes noutros institutos, daí haver algum desfasamento.

Acrescentou que a mudança vai assentar na malha urbana, uma vez que temos um PDM atual com uma malha urbana muito grande da qual não houve execução e, de acordo com a lei de bases, terá de haver uma redução significativa dessa área. Referiu também que ainda durante o executivo anterior

foram realizadas reuniões com todas as Juntas de Freguesia para delimitação das novas áreas urbanas.

Relativamente ao espaço rural, mantêm-se os 5000 m² de área mínima para construção de habitações, mas poderá mudar em breve caso seja publicado o PROT que obriga a 4 hectares de parcela mínima.

Por fim referiu que para se proceder a uma alteração ao PDM, esta terá de passar pela Assembleia Municipal e CCDRC.

O Membro Manuel Paraíso referiu que não esteve presente em nenhuma reunião referente ao assunto do PDM. Acrescentou que foram impedidas construções em Juncas e estas situações terão de ser acauteladas.

O Membro Cristina Guerra relativamente à questão do PDM referiu que sabe que os formalismos legais foram cumpridos, mas há falta de esclarecimento da população. O PDM é um documento estruturante da máxima importância para o concelho que nos vai vincular e responsabilizar durante dez anos e, como tal, estranha a falta de elucidação em relação ao mesmo e a pressa em aprová-lo.

Mostrou a sua estupefação perante a realização de uma sessão extraordinária em que não há meios audiovisuais ou outros para esclarecer os presentes. Salientou que não sabe do que falam pois não tem formação na área.

De seguida questionou o executivo qual vai ser a sua posição face a violações futuras ao PDM e o que vai acontecer às edificações que, por fruto da redução da malha urbana, vão estar em violação.

Referiu ainda que não entende a ausência de alguns membros numa Assembleia em que se discutem assuntos tão importantes, na medida em que vão estar vinculados à votação que dali decorrer.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que este documento esteve em discussão pública durante um mês, no site da Câmara e na Biblioteca Municipal, para quem quisesse reclamar ou deixar alguma sugestão.

Relativamente ao agendamento, na última Assembleia Municipal comunicou que se iria realizar uma sessão extraordinária no dia 29 de junho, que era o timing legal para que este documento pudesse ser analisado e votado, caso assim o entendessem. Na altura o processo foi acompanhado quer pelos Técnicos da Câmara, quer pelos Presidentes de Junta e também

pelo Membro da Assembleia Municipal Pedro Bidarra e, em termos legais, todas as situações foram acauteladas.

O Membro Manuel Gonçalves referiu que compreende as dificuldades da deputada Cristina Guerra em entender o documento relativo ao PDM, mas salientou que terão de confiar nas instituições, pois acredita que o executivo anterior teve todo o cuidado na elaboração do mesmo.

Acrescentou que se inviabilizassem o PDM, comprometeriam o futuro do concelho por muitos anos e, nessa medida, fez um voto de confiança nas instituições que elaboraram o documento. Face ao exposto e, apesar de algumas reticências, vai votar a favor.

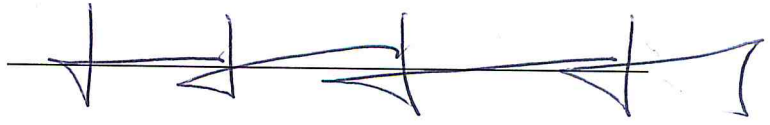
O Membro da Assembleia Cristina Guerra esclareceu que teve conhecimento que o documento relativo ao PDM esteve em consulta pública durante 30 dias, mas questionou o Sr. Presidente da Câmara se crê ter feito tudo para esclarecer a população; uma vez que o processo remonta a 2005, houve tempo suficiente para fazer esclarecimentos públicos. Relativamente ao voto de confiança, referiu que não põe as pessoas em causa mas se a Assembleia tem de se pronunciar que seja com consciência dos factos.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou de seguida o assunto a votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos deputados municipais: Cristina Maria Campos Guerra, Maria João Castanheira Albuquerque, Vítor Hugo Cardoso Dias, Manuel José Almeida Paraíso e Rui Manuel Andrade Gomes.

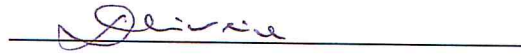
Em virtude de não se ter verificado nenhuma inscrição para intervenção do público, o Sr. Presidente da Assembleia de imediato submeteu a votação a aprovação em minuta da deliberação da alínea a) da Ordem do Dia: "Apreciação da Proposta Final da 1.^a Revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres", o que foi aceite e tendo sido esta aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

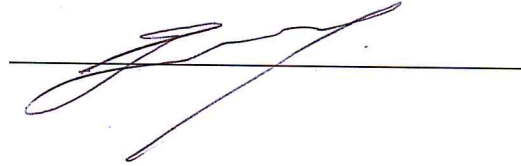
O Presidente

A stylized, angular handwritten signature in blue ink, consisting of several sharp, interconnected strokes.

O Primeiro Secretário

A cursive handwritten signature in blue ink, appearing to start with a capital 'D' followed by several loops.

O Segundo Secretário

A cursive handwritten signature in blue ink, featuring a large, prominent loop at the beginning and a long, sweeping tail.